

# A MEDIAÇÃO COMO POSSIBILIDADE DE TRANSFORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO<sup>1</sup>

## AUTORAS

Cecília Reis Alves dos Santos  
ceciliaarquitetura@gmail.com | Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil

Júnia Maria Ferrari de Lima  
jmfl2009@gmail.com | Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil

Natacha Silva Araújo Rena  
natacharena@gmail.com | Universidade Federal de Minas Gerais - Brasil

## ÁREA TEMÁTICA

Participación, representación y actores sociales:  
Nuevas formas de participación política

## RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo a análise e experimentação de estratégias participativas a partir de uma reflexão crítica sobre a arquitetura e urbanismo convencionais, os quais, de modo geral, desconsideram a participação popular. Acredita-se que as decisões sobre intervenções no espaço urbano e a consequente concretização do direito à cidade devem se dar através da troca de saberes e da reflexão compartilhada. No Brasil, há um descompasso evidente entre o planejamento arquitetônico e urbano e as práticas sociais cotidianas, causando um processo excludente e que constrói hierarquias entre quem projeta a cidade e quem a ocupa. Os conflitos são dissimulados e a prática projetual é, via de regra, subserviente ao mercado, anulando seu potencial político e de real transformação socioespacial. As situações urbanas conflituosas das cidades contemporâneas e, principalmente, dos assentamentos informais, suscitam a necessidade de se repensar a atuação dos planejadores e de se desenvolver novas estratégias para interagir e intervir na cidade. A proposta deste trabalho de co-pesquisa ou pesquisa-ação é realizar a mediação de uma situação conflituosa entre a comunidade da Vila Santa Isabel e o Movimento do Graal no Brasil, ONG adjacente à vila, situados em uma região valorizada de Belo Horizonte, Brasil. As questões relacionadas a esgotamento sanitário e drenagem pluvial são as interseções geradoras de diálogos entre eles. Portanto, esta investigação pretende ser mais uma contribuição para o aprofundamento de análise dos processos de constituição e transformação do espaço urbano contemporâneo, assim como das práticas sociais que o conformam.

Palavras-chave: Mediação. Práticas cooperativas. Arquitetura Social. Urbanização de favela.

---

<sup>1</sup> Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP). Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013.

## 1. POSTURA HEGEMÔNICA DO ARQUITETO

A produção do espaço urbano no Brasil é marcada pelo contexto de desigualdade socioeconômica e pelos interesses divergentes de seus atores sociais. Como consequência, há o processo de contínuo crescimento da cidade informal, que engloba todos os assentamentos informais como vilas, favelas e ocupações urbanas, e que configura uma realidade complexa e desconhecida para os técnicos envolvidos na produção e gestão das cidades. O arquiteto tradicional, quando se trata de assentamentos informais, ou está ausente ou tem uma postura tecnocrática, impondo seus princípios em uma realidade que possui outra lógica espaço-temporal.

Ao se pensar em uma nova relação do arquiteto com a sociedade e com espaço, faz-se necessário compreender a relação que é tradicionalmente estabelecida. Segundo o arquiteto e sociólogo australiano Garry Stevens, o arquiteto é apenas uma parte do campo da arquitetura, “o qual estrutura todo o universo social do arquiteto” (STEVENS, 2003, p.10). A dinâmica desse campo é norteada tradicionalmente por preocupações simbólicas e pela busca de reconhecimento através daquilo que o próprio campo define como sendo uma grande arquitetura. Os espaços projetados e construídos são assépticos e as tensões são devidamente eliminadas, tanto no processo quanto no projeto enquanto resultado. É evidente que tem sido produzida uma arquitetura expressiva, singular e monumental e isso vem sendo incentivado pelos cursos de graduação porque diz-se que ela é solicitada assim pelo mercado. Nos ciclos privilegiados, é imputado ao arquiteto um lugar glamoroso devido ao seu bom gosto, o que serve para elevá-lo a uma categoria superior a dos engenheiros e dos demais técnicos. Esse capital cultural, cognitivo, diferenciado faz com que o arquiteto, que possui certo tipo de diploma, detém um determinado conjunto de atitudes, gostos e disposições que o distingue de um mero construtor.

O ensino de arquitetura sempre trabalhou, em escolas tradicionais, a favor da conservação desse status, de maneira a assegurar o arquiteto como profissional predileto para o projeto de museus, monumentos, sedes de corporações, templos ou qualquer outro edifício de caráter extraordinário.

Seria interessante ressaltar que em tempos desenvolvimentistas, nos quais o Brasil vem se destacando econômica e culturalmente no cenário internacional, os diversos financiamentos para revitalizar áreas de interesse do mercado criam um discurso e um ambiente para que projetos glamorosos, dentro do conceito de cidades criativas, cheias de atrativos para competir com outras cidades e atrair turistas e negócios, pululam por toda parte. Gentrificação e higienização dessas áreas são consequências inerentes aos projetos. Se até então a arquitetura já existia no país como um indício de desenvolvimento e poder, como manifestação de riqueza simbólica e cultural e realizada somente com e para as classes mais altas, agora assistimos à total elitização da profissão e à união definitiva entre arquitetura e mercado.

Este arquiteto tradicional do círculo privilegiado é focado no produto, no visível. Seja uma edificação ou um plano urbanístico, o objetivo é destacar o

autor. Como consequência, a atuação profissional se torna excludente, sem a participação dos cidadãos durante a elaboração dos projetos. A voz coletiva é ignorada e dificilmente o processo é valorizado. A prática arquitetônica se mantém longe da sociedade. O Movimento Moderno em arquitetura é um caso exemplar deste distanciamento entre a criação da arquitetura e a sociedade:

A retórica modernista não economizou eloquência quanto às necessidades dos usuários. Representava a arquitetura como o veículo do bem-estar social e estabeleceu a questão da habitação popular a mais alta prioridade da arquitetura. Mas nunca se cogitou consultar o usuário da moradia durante o processo de seu projeto... Os usuários não sabiam o que queriam ou, mais importante, o que deveriam ter. Suas necessidades coletivas, interpretadas pelo arquiteto e pelo órgão financiador, seriam codificadas no "programa" (...). O ajuste poderia não ser muito confortável no começo. As moradias poderiam parecer estranhas aos nossos hábitos. A falha era de nossos hábitos. (...) As revoluções arquitetônicas exigiam o reprojetado da humanidade (KOSTO<sup>2</sup>, apud STEVENS, 2003, p. 23).

A prática soberba e o discurso da participação coexistem. Mas, da forma como é feito, o processo participativo é usado apenas para cumprir exigências burocráticas, ele funciona como um teatro no qual o processo decisório está fora. Falta a efetivação da participação para além da simples eleição de opções previamente elaboradas.

Para a arquiteta Silke Kapp (2012), a participação institucionalizada, coordenada por técnicos e administradores públicos, não objetiva a autogestão ou a autonomia dos cidadãos e, além disso, enfraquece o engajamento. Não há nenhuma mudança objetiva a favor da população, nem a ampliação de seus conhecimentos, de sua capacidade de crítica ou de ação. A participação se mostra restrita devido à estrutura do processo e à imposição do saber técnico em detrimento das informações e opiniões da população, a qual se torna objeto ao invés de sujeito.

Ainda há uma confiança de que os planejadores podem resolver de forma lógica os problemas urbanos e de que as necessidades da população são singulares, e não múltiplas. E, quando há uma tentativa de aproximação com a população, a barreira da linguagem e representação técnicas não permitem a compreensão do todo e, frequentemente, a discussão gira em torno de pontos isolados (LÓPEZ, 2006).

## **2. MEDIAÇÃO E CONFLITO COMO PRÁTICA COTIDIANA DA ARQUITETURA**

Esta pesquisa sugere uma outra atuação do arquiteto em contraposição à prática tradicional. Contrapõe-se ao arquiteto tradicional, o arquiteto-mediador. Valoriza-se o papel ativo do arquiteto como problematizador, catalisador, agenciador, tradutor, suscitador e mediador de situações de conflitos. Adotou-se o termo arquiteto-mediador para se referir àquele profissional que busca reconstruir a comunicação entre os demais atores

---

2 KOSTOF, Spiro. **Foreword**. Architects' People, Ed. Ellise Cuff, xiii.

sociais em torno de questões urbanas com uma postura consciente e politicamente engajada e, por isso, propositiva; com uma postura inconformada com as desigualdades socioespaciais e, por isso, transformadora. Este arquiteto-mediador atua no conflito, se posiciona politicamente e busca realizar uma arquitetura que poderíamos chamar de menor, não monumental, não autoral.

Outro termo empregado aqui é a mediação urbana para determinar o processo conduzido pelo arquiteto-mediador no espaço urbano. A definição desses termos criados foi feita com base em estudos sobre a mediação no Direito e sobre práticas cooperativas. Seguindo uma linha de raciocínio crítico similar, a arquiteta Paola Berenstein Jacques denomina arquiteto-urbano o profissional que intervém nas favelas para catalisar e traduzir os desejos dos habitantes e organizar os fluxos:

Não se trata simplesmente de trocar um tipo de arquiteto por outro, que continuaria a manter controle total sobre a construção da cidade, mas sim de mudar o modo de atuar na cidade, o próprio papel dos arquitetos. Isso não quer dizer que a população não precisa de arquitetos. Ao contrário, significa que os arquitetos também precisam da participação da população para que a cidade seja de fato uma construção coletiva. Esse outro tipo de arquiteto teria um novo papel: promoveria e possibilitaria uma participação efetiva da população (...) e passaria a ser um tipo de interlocutor que coloca em negociação os diferentes atores urbanos. (JACQUES, 2001, p.151).

Considera-se o conceito de mediação adotado no Direito para avançar no debate sobre o papel do arquiteto enquanto mediador de conflitos e potencializador de soluções arquitetônicas elaboradas de maneira compartilhada e colaborativa. Para o Direito, mediação é uma prática alternativa e autônoma de resolução de conflitos. Nela o acordo é mutuamente aceitável entre as partes, a comunicação futura é preservada e a comunidade é envolvida na resolução das disputas. A dinâmica da mediação, segundo o advogado Walsir Rodrigues Junior (2007), é flexível e informal para potencializar o diálogo e a construção de soluções mais criativas e satisfatórias. Procura-se atender às necessidades dos envolvidos na mediação sem que haja um perdedor e um ganhador, ou seja, a decisão final é fruto da real e voluntária comunicação entre as partes. O mediador instaura uma nova hierarquia entre os atores para que a comunicação seja estabelecida e os interesses sejam preservados, auxiliando na articulação das questões principais a serem tratadas sem, contudo, decidir. Rodrigues Júnior (2007) organiza a mediação em três estágios: inicial, intermediário e conclusivo. No inicial, prepara-se o espaço. É feita a coleta de informações, convocação e contato inicial com as partes. Nesta etapa são estabelecidas as regras e os envolvidos se comprometem com o processo. No estágio intermediário, se reconstrói a comunicação entre os participantes. Os interesses, opções e necessidades são revistos. O autor ressalta que "a tarefa do mediador é ajudar as partes a avaliar as opções e ajudá-las a determinar os custos e os benefícios de sua aceitação ou rejeição" (RODRIGUES JÚNIOR, 2007, p. 132). Após avaliarem as vantagens e desvantagens das propostas, inicia-se o estágio conclusivo. Nesta etapa as

partes tomam a decisão consciente a partir do acordo feito. Esses estágios foram determinantes na condução da mediação proposta neste trabalho.

Na mediação urbana, o arquiteto assume o lugar do advogado e inaugura um processo político para o encontro e negociação entre os diferentes agentes sociais objetivando uma forma mais imaginativa, cooperativa, inclusiva e deliberativa de se pensar o território. Esse deve ser um lugar de segurança onde os integrantes da mediação (comunidades afetadas, Poder Público, empresas e outros técnicos) se expressem com confiança. A mediação urbana põe em jogo relações de poder e discute direitos e deveres dos envolvidos. O motivo do encontro gira em torno de dissensos quanto a produção e transformação espacial. Quando manifestos, os conflitos refletem apenas uma parte de um processo interno complexo e dinâmico.

Para Carlos Nelson Ferreira dos Santos, "o meio urbano é e tem de ser contraditório. Nele, a tensão é condição necessária e suficiente e, sobretudo, desejável de existência" (SANTOS, 1988, p. 67). Na mediação urbana, os conflitos são tratados como lugar transitório das insurgências, como condição de existência da negociação e, negá-los ou sufocá-los não os elimina, apenas impossibilita a mudança necessária. Para o educador social Fernando de La Riva (2012, tradução nossa)<sup>3</sup>, "o problema não é o conflito e sim a forma de abordá-lo ou resolvê-lo. É necessário aproveitar o conflito como fonte de aprendizagem (...) para buscar alternativas e novas soluções para os velhos e novos problemas e necessidades".

Nesse sentido, a mediação urbana lida com o conflito a partir de uma concepção positiva ao canalizar as energias das tensões para a construção comum de sentidos, tornando-as tensões construtivas. Os interesses, objetivos, conceitos e realidades dos diversos atores envolvidos na produção urbana, inclusive dentro de uma mesma comunidade, são mediados para que haja não a resolução, mas sim a transformação do conflito (SIX, 2001). As potencialidades dos conflitos e dos grupos envolvidos são exploradas visando uma mudança social.

As mesmas considerações feitas pelo sociólogo Miguel López, ao analisar o papel dos planejadores em modelos multidimensionais, podem ser atribuídas ao arquiteto-mediador: "a ênfase é menos no que os planejadores sabem e mais em como usam e distribuem seu conhecimento; menos em sua habilidade para resolver problemas e mais em abrir debates para eles" (LÓPEZ, 2011, tradução nossa)<sup>4</sup>. Para o autor, a contribuição para o processo de planejamento se daria da seguinte maneira: 1- Promoção da escuta e reconhecimento dos interesses e identidades dos outros envolvidos; 2- Configuração do "ritual de participação", com regras básicas para o encontro, e dos "espaços seguros" nos quais as pessoas possam se reunir, conversar e negociar; 3- Estímulo a uma racionalidade deliberativa e crítica;

---

3 El problema no es el conflicto, sino la forma de abordarlo y resolverlo. Es necesario aprovechar el conflicto como fuente de aprendizaje, (...) para buscar alternativas y nuevas soluciones a los viejos y nuevos problemas y necesidades.

4 El énfasis es menos en lo que los planificadores saben y más en cómo usan y distribuyen su conocimiento; menos en su habilidad para resolver problemas y más en abrir debates sobre ellos.

4- Preparação e orientação dos atores para que sejam capazes de superar as desigualdades entre eles; 5- Incorporação das expressões pessoais, emoções, experiências históricas para a transformação do conflito.

Como facilitador de aprendizagens e acordos, o arquiteto-mediador potencializa a articulação, comunicação e intercâmbio de experiências entre grupos, criando redes, somando forças; impulsiona a atuação das pessoas, e nunca faz o que elas poderiam fazer sozinhas, incluindo a tomada de decisões. Isso se opõe a uma postura paternalista ou messiânica, onde tudo é feito para a comunidade ao invés de ser com ela. A abordagem emancipadora, não centralizada no técnico, faz com que o trabalho do arquiteto-mediador se dissolva progressivamente, até ser desaparecer.

Para que a mediação urbana seja de fato um trabalho coletivo, é necessário compreender as condições para isso. Quando se estabelece uma relação cooperativa, há um intercâmbio de saberes e de experiências para reflexão e ação, gerando algo mais coerente com a realidade e com as necessidades e desejos motivadores do encontro. Cooperar, segundo o dicionário Aurélio, é "operar ou obrar simultaneamente; trabalhar em comum" (FERREIRA, 1986, p. 472). Esse verbete define bem a ação conjunta pretendida e escapa das imprecisões e vícios do termo participar. A ação cooperativa tem como alvo a autonomia dos cidadãos e, para isso, um processo de decisão é estabelecido. Riva defende que "as pessoas, individual ou coletivamente, devem ser protagonistas de seu presente e de seu futuro, ser capazes de sentir, pensar, decidir e fazer por si mesmas, e de fazer solidariamente" (RIVA, 2012, tradução nossa)<sup>5</sup>.

O educador Paulo Freire afirma que "ninguém é autônomo primeiro para depois decidir. A autonomia vai se constituindo na experiência de várias, inúmeras decisões, que vão sendo tomadas." (FREIRE, 1996, p. 120). A população, ao exercer sua autonomia, se apropria da realidade para nela atuar e começa a decidir e não apenas consumir aquilo que a cidade pode oferecer, confrontando o real e o possível.

### 3. POR UMA ARQUITETURA MENOR

A prática arquitetônica majoritária no Brasil e no mundo que envolve o fazer estratégico e planejado não atinge o campo social e político e, por isso, não transforma a realidade. Produz-se para o mercado e através do mercado, lança-se a segundo plano os projetos coletivos e colaborativos (e a arte e o design não estão fora deste círculo produtivo).

Segundo o site colaborativo Wikipédia, a palavra "arquiteto" vem do grego *arkhitektôn* que significa "o construtor principal" (*arqui* = principal / *tectônica* = construção) ou mestre de obras (ARQUITETO, 2013). A compreensão desta etimologia pode ser expandida com a palavra *arché*, que pode significar *o local de onde as ordens são dadas* ou *o princípio das*

---

<sup>5</sup> las personas, individual y colectivamente, deben ser protagonistas de su presente y de su futuro, ser capaces de sentir, pensar, decir y hacer por si mismos, y de hacerlo solidariamente.

*coisas*. Até o Renascimento, não havia distinção entre a atividade do projeto e a execução do mesmo, estando todas as atividades subordinadas à mesma pessoa. No entanto, com o tempo, a questão da autoria ganha mais força e o arquiteto surge como uma figura solitária, à qual é atribuído o esforço da atividade intelectual dissociada da prática do operário. Esta maneira de compreender e realizar a arquitetura se refere explicitamente ao que chamamos anteriormente de arquiteto-tradicional. Aquele que produz independente dos usuários, desenvolvendo projetos de maneira aparentemente neutra e técnica, que corresponde hipoteticamente às demandas identificadas em pesquisa, comumente chamada de diagnóstico. Este diagnóstico, assim como na medicina, vai diagnosticar os problemas e dizer o que está “doente” na cidade. A partir disto o arquiteto realiza seu projeto para acabar com os problemas e instaurar uma proposta que torne o lugar organizado e agradável, funcional e belo. Após a realização do projeto, ele apresenta ao cliente (nem sempre usuários) e aprova a proposta que será detalhada e posteriormente enviada para uma equipe de engenheiros e técnicos que irão realizar os projetos complementares. Daí, em condições normais de mercado, o projeto é executado. A participação se resume em reuniões entre arquiteto, cliente (empreendedor) e técnicos. Todo este procedimento configura um resumo sintético de como a arquitetura, que chamaremos de arquitetura maior, é desenvolvida. Não há uma abertura para participação dos futuros usuários, não há uma condição para que o processo sofra alterações durante seu processo, muito menos para que o projeto perca a autoria criativa da escolha das formas, dos materiais e da espacialidade como um todo. A assinatura do autor é, muitas vezes, fundamental para a comercialização do empreendimento ou, no caso de o Estado ser o cliente, para que a imagem do projeto possa ser veiculada como marketing publicitário de determinada gestão.

Ao contrário disso, quando pensamos em um autor que produz coletivamente e colaborativamente de forma desierarquizada seus projetos, pensamos em um arquiteto-mediador que produz uma arquitetura menor. Gilles Deleuze e Félix Guattari pensando o trabalho do escritor Franz Kafka desenvolveram o conceito de ‘devenir menor’ referindo-se a um potencial de transformação, de ruptura, de fissura, de abertura de espaços e frestas dentro de um contexto dominado pela subordinação a uma língua maior ou dominante, oferecendo uma abertura para introduzir fortemente a questão política na literatura. O caráter imediatamente político da literatura de Kafka seria o resultado da corrosão da identidade e da ideologia da nação e seria uma maneira de suprir uma consciência nacional, muitas vezes inativa e sempre em vias de desagregação, e de cumprir tarefas coletivas na falta de um povo. É por essa desarticulação da consciência coletiva baseada na ideia de uno, de totalidade, de narrativa maior de um Estado-nação que a literatura se torna positivamente encarregada do papel político e aponta para um papel fundamental de exprimir uma outra comunidade potencial. Para os pensadores, o caráter minoritário da literatura de Kafka exemplifica as condições de uma prática minoritária e revolucionária em toda língua. Menor seria uma prática que assume sua marginalidade em relação aos papéis representativos e ideológicos da língua ou de outros modos de fazer, ao contrário das práticas discursivas majoritárias. Este fazer menor, próprio da

literatura kafkiana, situa-se como estrangeiro na própria língua, gaguejando na própria língua e fazendo emergir o sotaque e o estranhamento de quem fala fora do lugar ou de quem aceita e assume o não-lugar como seu deserto e na impossibilidade de uma origem originária.

Tomando esta relação literatura menor e maior, assumimos aqui um entendimento de que uma arquitetura menor seria, assim como a apresentada na literatura menor de Kafka por Deleuze e Guattari, uma arquitetura produzida contaminada pela participação de muitos atores. Teríamos aqui uma boa analogia para pensar uma gagueira na criação e o cruzamento de intercessores ao processo que desviem constantemente o desejo de criação autoral própria do arquiteto-tradicional. Aqui imagina-se possível a produção de uma arquitetura no confronto constante de idéias e desejos e o papel do arquiteto enquanto mediador de conflitos que irão fazer surgir uma outra arquitetura possível e singular. Arquitetura atravessada por linhas de fuga e múltiplas formas de fazer e compreender o espaço e suas relações matéricas e afetivas. Produzir uma arquitetura menor seria deixar fluir o projeto no processo, construir um campo de mediação entre os diversos envolvidos e aos poucos deixar surgir o inesperado, o não planejado estrategicamente, mas o que acontece dos procedimentos táticos.

No caso do arquiteto-mediador estar lidando com comunidades em estado de vulnerabilidade social, não precisa efetivamente formar parte de uma minoria, ser alguém também vivente de uma situação específica, mas basta estar aberto ao encontro e ao diálogo e contaminações mútuas. Não precisa necessariamente ser subdesenvolvido, a pobreza e a precariedade podem se fazer presente na escolha do processo aberto e frágil (positivamente). Basta encontrar seu próprio ponto de subdesenvolvimento, seu próprio deserto, sua própria favela, para assumir a prática menor. Esta prática carrega em si uma comunidade possível, uma comunidade que vem, modos de vida por vir. Assim como pensam Deleuze e Guattari do povo do terceiro mundo no cinema de Glauber, seria possível pensar o povo favelado do arquiteto-mediador e produtor de uma arquitetura menor. É possível a partir desta visão periférica e desta posição transversal, fazer surgir um devir arquitetônico menor, de potencia catalizadora do coletivo.

Esse eu, no entanto, não é o eu do intelectual do Terceiro Mundo, muitas vezes retratado por Glauber Rocha, e que deve romper com o papel de colonizado, mas será que só pode fazê-lo passando para o lado do colonizador, ainda que apenas esteticamente, devido as suas influências artísticas? Kafka indicava uma outra via, uma via estreita entre os dois riscos: precisamente porque os “grandes talentos” ou as individualidades superiores não são abundantes nas literaturas menores, o autor não tem condições de produzir enunciados individuais, que seriam como que histórias inventadas; mas também porque falta o povo, o autor está em condições de produzir enunciados coletivos, que são como que os germes do povo por vir, e cujo alcance político é imediato e inevitável. Por mais que o autor esteja à margem ou separado de sua comunidade, mais ou menos analfabeta, essa condição ainda mais o capacita a exprimir forças potenciais e, em sua solidão, ser um autêntico agente coletivo, um fermento coletivo, um catalisador (DELEUZE, 1990, p. 264).



Assim, o aspecto imediatamente político da literatura menor não tem nada a ver com seu conteúdo ideológico, mas com sua performance enquanto uma multiplicidade de atos de fala que forma uma máquina expressiva através da qual o escritor abdica da sua autoridade autoral, renunciando ao exercício individual para se fundir na polifonia popular. Arquitetura menor que se deixa contaminar, mesmo que seu autor arquiteto-mediador esteja separado pela comunidade em uma outra margem na escala social. Esta designação do menor não se refere à dimensão ou à hierarquia. Um projeto menor, uma intervenção menor, um ato menor é um agenciamento, uma prática menor em relação a outra prática pretensamente maior, melhor, hierarquicamente mais importante. O devir menor faz parte de um conjunto menor, desprezioso, potente pela sua fragilidade. O conceito de obra menor situa uma prática num campo de experimentação e no caso da arquitetura, é como fazer deixar o processo em aberto e criar mecanismos para participação coletiva deixando a forma arquitetura ser deformada pelos erros do processo, perder o controle mediando o conflito. Assim como o escritor Kafka para Deleuze, podemos pensar no arquiteto como um homem político, um homem máquina é também é um homem experimental que permite o atravessamento de processos de desterritorialização em seu planejamento.

Segundo Deleuze e Guattari (2003), a primeira característica de uma literatura menor não pertence a uma língua menor, mas, antes, à língua que uma minoria constrói numa língua maior. E a primeira característica é que a língua, de qualquer modo, é afetada por um forte coeficiente de desterritorialização. A segunda característica é que nela tudo é político e relacionadas ao coletivo, sendo assim, as questões individuais estão necessariamente relacionadas às questões políticas. Ao contrário das grandes literaturas nas quais a questão individual familiar e ou conjugal tende a se juntar a outras questões individuais, na literatura menor tudo toma um valor coletivo e mesmo revolucionário por produzir algo à margem e com potencial de solidariedade ativa.

Relacionando diretamente os procedimentos que envolvem a produção de uma literatura menor, pensa-se aqui as múltiplas possibilidades de potencialização de uma *arquitetura menor* agenciando espaços urbanos, incluindo os que são informais e precários em relação aos espaços formais e qualificados. Arquitetura menor seria os procedimentos capazes de engendrar modos de agir e pensar a cidade para além do seu estatuto convencional e conservador, fazendo subverter a lógica de compreensão do urbano através de processos criativos colaborativos táticos, portanto menores, não planejados, pouco estratégicos. As novas formas de projetar fazendo coletivamente é uma ação política subversiva. Para além da produção de desenhos técnicos e aparentemente neutros, surge uma série de pesquisas que auxiliam nas lutas urbanas em prol do direito à cidade e do desenvolvimento de novas maneiras excludentes com que o fazer arquitetônico convencional isolado nos escritórios em seus círculos privilegiados. Entende-se que é possível e necessário empreender uma nova maneira de fazer arquitetura e que esta deva ser pensada não como um manifesto “por uma arquitetura” moderna, racional, organizada, equilibrada,

técnica e fria, mas sim uma declaração política e militante que clama “por uma arquitetura menor”, social, coletiva e colaborativa.

#### **4. UNINDO TEORIA E PRÁTICA: COPESQUISA E PESQUISA-AÇÃO**

Para o desenvolvimento metodológico deste trabalho, foi importante compreender maneiras de associar teoria e prática para potencializar a experimentação real de discussões envolvendo o papel do arquiteto na produção do espaço. Entende-se que o diálogo do arquiteto com outras disciplinas como pedagogia e sociologia agrega métodos de ação enriquecedores aos princípios da mediação e pode gerar modos de fazer arquitetura que sejam desenvolvidos enquanto práticas participativas, ou cooperativas.

O estudo aqui apresentado sobre métodos de ação questiona o papel do arquiteto na sociedade contemporânea. O intuito é levantar a importância de uma prática arquitetônica sem hierarquias opressoras e mais sensível à lógica da produção espacial como um todo, o fazer de uma arquitetura menor, principalmente quando trata-se de desenvolver projetos em arquitetura e urbanismo junto a comunidades em estado de vulnerabilidade social. Os princípios da copesquisa e da pesquisa-ação foram as referências para a construção de uma forma de pensar e agir através da arquitetura e do urbanismo junto à comunidade da Vila Santa Isabel e à ONG Movimento do Graal no Brasil.

A copesquisa e a pesquisa-ação fazem frente aos métodos de pesquisa tradicionais, pretensamente neutros e científicos. A copesquisa é um método militante que visa a cooperação social. O local para a sua prática, que antes era a fábrica, com a pós-modernidade passou a ser o território social onde se articula as forças do trabalho vivo. O pesquisador é deslocado do papel de observador para o de sujeito do objeto de pesquisa, no interior dos processos produtivos (MENDES, 2012). Entendida como uma práxis coletiva do compartilhamento de saberes vivos, a copesquisa é nutrida pelas experiências dos trabalhadores e contribui para a auto-organização do movimento e ruptura da condição explorada. O tempo da copesquisa é aquele necessário para a produção da subjetividade revolucionária contra as opressões, em busca da autonomia. Nesse sentido, a pesquisa segue o ritmo das lutas e vice-versa (CAVA, 2012).

As contribuições para a mediação urbana proposta giram em torno, principalmente, de três características que definem a copesquisa: construção de rede de relações, circulação de informações para criar uma espécie de arquivo social de saberes difusos e mutualismo de base no qual as comunidades se ajudam reciprocamente (MENDES, 2012). Conjugação a prática micro com o contexto macro de lutas é fundamental para o fortalecimento das resistências, e essa articulação se dá através das relações sociais construídas e do intercâmbio de saberes. Além disso, a atual mediação urbana não pode perder de vista o contexto sociopolítico, pois ele determina muitas decisões do processo.

Já o método pesquisa-ação é um conjunto de procedimentos que conjuga prática, participação e produção de conhecimento, tanto para a comunidade envolvida quanto para a Academia. Para o sociólogo Michel Thiollent, a pesquisa-ação:

é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p.20).

Há um compromisso social e político, sem neutralidade, sem passividade, mas, acima de tudo, sem manipulação. A ação pretendida reflete esse caráter da pesquisa bem como aspectos educacionais e técnicos. Por não se tratar de uma ação trivial, ela exige investigação para ser elaborada e conduzida, ou seja, os aspectos teórico-conceituais acompanham todas as fases do projeto. A teoria assume o papel de gerar hipóteses e diretrizes para orientar a pesquisa e as interpretações. Considerando os diversos interesses existentes, a pesquisa busca autonomia por meio de negociações para que o resultado da ação não seja apenas uma satisfação circunstancial das expectativas dos atores. Cabe ao pesquisador formular conceitos e buscar informações sobre os vários aspectos da situação, organizar o trabalho coletivo, acompanhar e avaliar as ações em função dos problemas. Ele não desconsidera seu conhecimento, apenas não o trata como verdade absoluta. O papel ativo do pesquisador de maneira alguma se torna uma imposição unilateral de ideias, substituindo a ação, iniciativa e concepções dos demais atores. Os envolvidos, dispostos a agir, a aprender, a transformar e a melhorar, passam a ser sujeitos do processo, e não apenas mão-de-obra e fonte de informações. E eles não criam falsas expectativas por estarem conscientes do alcance das ações e de que o objetivo da pesquisa-ação não é, necessariamente, resolver, mas sim esclarecer os problemas da situação observada.

A pesquisa-ação traz contribuições a serem incorporadas no que se refere ao papel do pesquisador/ mediador. Por mais que ele não tome a decisão final, é importante que ele formule conceitos e hipóteses a partir da teoria para orientar a ação. A imparcialidade necessária ao mediador em relação às partes não significa neutralidade em relação ao conflito e ao contexto em que a mediação acontece. A prática cooperativa com os participantes visando a emancipação é trabalhada tanto na pesquisa-ação quanto na copesquisa. Além disso, em ambos os métodos, o pesquisador assume um papel ativo, social e politicamente engajado, o que foi fundamental para os processos de investigação e ação adotados ao longo deste trabalho.

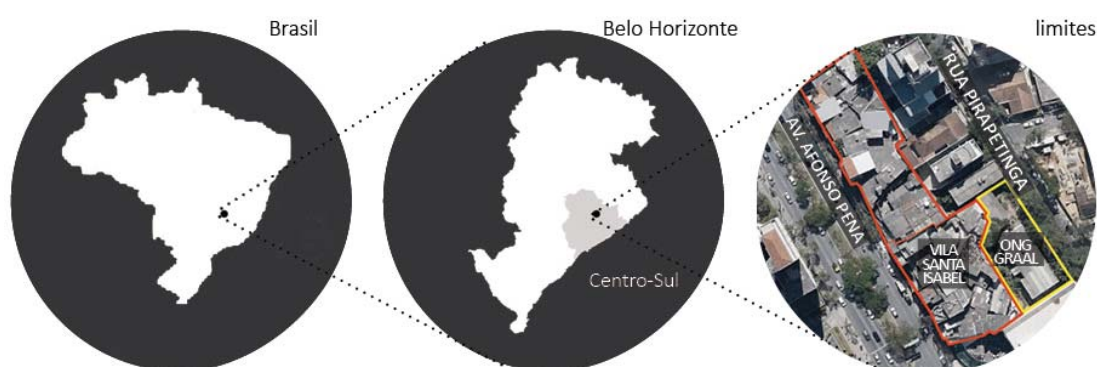
## **5. MEDIAÇÃO URBANA COM A VILA SANTA ISABEL E A ONG MOVIMENTO DO GRAAL NO BRASIL**

O papel do arquiteto como mediador, apresentado neste trabalho, foi experienciado a partir de uma situação real. Assim, a prática contribuiu para as análises teóricas e vice-versa. A mediação de conflitos envolvendo a

produção do espaço urbano tinha o objetivo de aplicar métodos de ação cooperativos em assentamentos informais para expandir as discussões sobre determinado assunto, reconstruir a comunicação entre os envolvidos e elaborar ações coletivamente. Não havia um tema predeterminado a ser analisado. A definição da razão da mediação surgiu a partir de demandas apresentadas.

Os dois principais interlocutores da mediação urbana proposta foram a ONG Movimento do Graal no Brasil e a Vila Santa Isabel (FIG. 1). A ONG Graal é uma associação sem fins lucrativos que tem como base a educação popular e atua por meio de programas sociais em comunidades urbanas e rurais. A Vila Santa Isabel é um assentamento informal com famílias de baixa renda, possui área e população reduzida e alto valor comercial por se localizar em uma região nobre de Belo Horizonte, Brasil, próxima ao centro e a vários serviços urbanos.

**Figura 1 – Localização da Vila Santa Isabel e da ONG Graal**



Fonte: Elaborado pela autora com dados de GOOGLE MAPS, 2013

### **5.1 Temas geradores da mediação urbana: esgotamento sanitário e drenagem pluvial**

A mediação no espaço urbano necessita do envolvimento interessado, voluntário, consciente e ativo dos atores sociais para que a transformação espacial e de consciência aconteça. Mas isso só será possível se o tema gerador da mediação urbana for um assunto pelo qual as pessoas nutrem fortes sentimentos de forma espontânea, se for uma reivindicação coletiva anterior a qualquer tipo de intervenção. O motivo central da mediação tem que ser capaz de romper a apatia e gerar a energia necessária para a ação e transformação.

Nesta mediação urbana, os temas geradores foram o esgotamento sanitário e drenagem pluvial da Vila Santa Isabel. A prática mais enriquecida da mediação se deu não apesar da situação de conflito, mas em função mesmo dela. Antes de aprofundar nesse caso específico, serão analisadas a pertinência, recorrência e potencialidade desses assuntos em um contexto mais amplo.

### **5.1.1 Esgotamento sanitário e drenagem pluvial em assentamentos informais**

Em vilas e favelas, os conflitos referentes à produção do espaço giram em torno do não provimento de infraestrutura urbana e de serviços por parte do Estado. No Brasil, o esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais são um grande desafio se comparado a outros serviços urbanos como abastecimento de água. Os números apresentados pelo Censo de 2010 mostram que, no total de 87.676 domicílios em assentamentos subnormais em Belo Horizonte, 10.367 não possuem rede de esgotamento sanitário enquanto 322 não possuem rede de abastecimento de água. (IBGE, 2010).

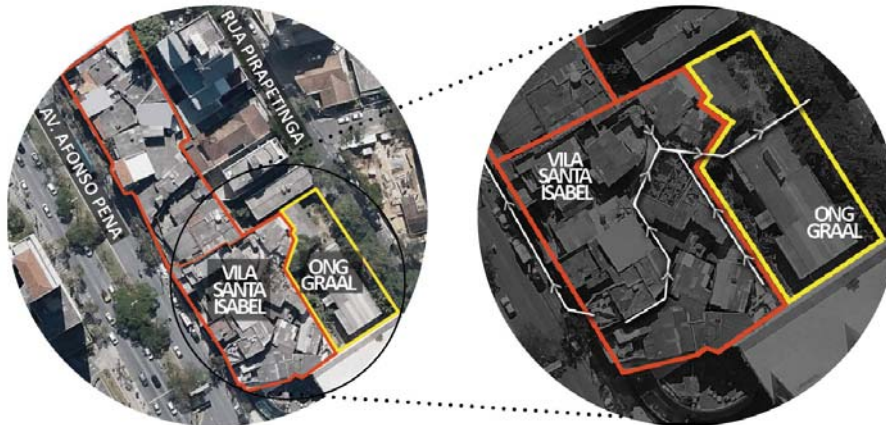
A suposição levantada é a de que o esgotamento sanitário e a drenagem pluvial são as principais tensões referentes à produção do espaço nos assentamentos informais em meios urbanos consolidados. Quando são feitos pelos próprios moradores, eles unem a esfera privada e pública e exigem uma articulação coletiva na sua construção e manutenção para que funcionem de maneira satisfatória. O escoamento dessas águas residuais domésticas é por gravidade, exigindo também maior rigor técnico na execução para garantir que a tubulação tenha uma inclinação aceitável. Outro ponto que torna essas questões complexas é o preço dos materiais para a construção das redes de esgoto e drenagem, que pode ficar muito alto dependendo da distância entre a moradia e a rede pública, inviabilizando a obra.

Quando a infraestrutura em questão é feita de forma coletiva, o valor é diluído entre os moradores que vão usufruir da mesma rede. Nesse caso, não só o dinheiro, mas também a mão de obra é dividida. Assim, a infraestrutura deixa de ser apenas um objeto técnico e passa a ser visto como equipamento de solidarização urbana (KLEIMAN; LAURINDO, 2012). As redes de esgoto e drenagem, invisíveis por serem subterrâneas, ganham visibilidade através da rede de pessoas estabelecida em torno delas, seja durante a construção ou devido aos problemas decorrentes do uso. Ao analisar a arquitetura social e as práticas comunitárias cooperativas, é possível vislumbrar no esgotamento sanitário e de águas pluviais a energia necessária capaz de agregar as pessoas para a discussão e ação coletivas.

### **5.1.2 O caso da Vila Santa Isabel e da ONG Movimento do Graal no Brasil**

Este trabalho investiga outro papel do arquiteto, em que ele constrói uma relação diferente com a cidade informal e potencializa o diálogo entre as pessoas, tornando acessível o saber técnico para que a população o use como e se quiser. Para conjugar teoria e prática numa perspectiva política e transformadora, os métodos de ação estudados foram experienciados durante uma mediação entre a Vila Santa Isabel e a ONG Movimento do Graal no Brasil, em Belo Horizonte, Brasil (FIG. 2). Os conflitos envolvendo esgotamento sanitário e drenagem pluvial foram os temas centrais abordados.

**Figura 2 – Eixos principais e pontos de afloramento das redes de esgoto e drenagem da Vila Santa Isabel**



eixos principais da rede de esgoto →

**Fonte: Elaborado pela autora com dados de GOOGLE MAPS, 2013**

As redes de esgoto e drenagem de parte da Vila Santa Isabel passam dentro do terreno da ONG Graal e afloram em alguns pontos, causando transtorno para as pessoas que ali frequentam ou moram. Os problemas de execução, dimensionamento e manutenção fazem com que as águas residuais aflorem pontualmente dentro do lote da ONG - pontos 1 e 3, no beco da Vila - ponto 2, e no passeio da rua Pirapetinga - ponto 4, onde a maioria das redes de esgotamento sanitário e drenagem pluvial da Vila se conecta à rede pública (FIG. 3). Percebe-se que as pessoas da Vila que moram à montante não são atingidas diretamente e, por isso, não têm envolvimento com os problemas relacionados a esgoto e drenagem, os quais se manifestam à jusante, próximo à ONG Graal.

A rede de esgoto analisada transpassa dois contextos com lógicas construtivas diferentes: na Vila, a produção espacial é informal enquanto na ONG a construção segue os ditames da cidade formal. Conjuguar essas duas lógicas em um mesmo elemento não é uma tarefa simples. Enquanto a ONG busca soluções definitivas, os moradores da Vila se preocupam em resolver o problema da maneira que for possível naquele momento considerando tempo, dinheiro e mão de obra disponíveis. Essa diferença de lógica de produção entre o formal e o informal existe tanto nos espaços privados quanto nos espaços públicos. Finitude, repetição, linearidade e forte ligação com o planejamento prévio são aspectos típicos da produção formal do espaço urbano. Nos assentamentos informais, em contraposição, a construção é quase cotidiana, é fragmentária, sem projeto e sem forma final preestabelecida e, por isso, sem fim. O processo é mais relevante que a forma (JACQUES, 2001).

**Figura 3 – Pontos de afloramento das águas residuais na ONG Graal e na Vila Santa Isabel**



Fonte: Elaborado pela autora com dados de GOOGLE MAPS, 2013

## **6. DESDOBRAMENTO PRÁTICO DA MEDIAÇÃO URBANA**

A mediação urbana com a Vila Santa Isabel e a ONG Movimento do Graal no Brasil buscou ajudar na compreensão dos conflitos existentes, considerando seus aspectos históricos, na articulação entre os atores sociais e na definição de intervenções. As tensões referentes ao esgotamento sanitário e drenagem pluvial envolvendo a Vila e a ONG eram ignorados por alguns ou motivo de negociações e intervenções pontuais para outras pessoas. Em todo caso, não havia uma discussão ampliada e uma análise sistêmica das redes.

O plano de ação para nortear a pesquisa com a Vila Santa Isabel e a ONG Movimento do Graal no Brasil foi feito a partir dos princípios da mediação e das bases teóricas explicitadas anteriormente. Num primeiro momento, foi feita a investigação prévia sobre o lugar e sobre os temas centrais da mediação, foram esclarecidos os interesses e pressupostos da mediação e verificou-se o comprometimento e o interesse dos atores sociais envolvidos. No estágio intermediário, buscou-se reconstruir a comunicação entre as pessoas em torno dos temas da mediação. A etapa conclusiva, em andamento, inclui decisões e ações por parte dos envolvidos.

Essas fases da mediação urbana não foram rigidamente determinadas para que fossem capazes de se adaptar aos imprevistos provenientes da dinâmica das negociações. A definição dos métodos de condução do processo e a compreensão da situação existente aconteceram antes e durante os encontros.

Etapa inicial: contato com interlocutores e análise da situação existente

A pesquisa, desde o primeiro momento, exigiu um contato contínuo com os moradores da Vila Santa Isabel e com os membros da ONG Graal para que a comunicação entre eles fosse facilitada e para que a situação espacial fosse melhor compreendida. Os objetivos e conceitos da pesquisa foram discutidos com representantes da ONG Graal e da Vila para que houvesse uma troca de informações e ideias desde o início. Ademais, foi feito um levantamento das expectativas, interesses e grau de comprometimento com a questão.

Iniciaram-se os estudos sobre a ONG e sobre a Vila. A participação em cursos e reuniões promovidos pela ONG Graal contribuíram para a necessária aproximação. Além do que, os temas tratados nesses encontros nutriam a própria pesquisa já que a ONG tem suas ações pautadas pelos princípios da inclusão e da educação popular.

O tema gerador da mediação foi definido pela urgência dos problemas relacionados a esgotamento sanitário e drenagem pluvial da Vila Santa Isabel. Para compreensão inicial da situação, além das visitas e conversas, foi realizado o mapeamento fotográfico dos problemas. Especialistas em saneamento básico foram consultados e realizaram visitas técnicas ao local. O objetivo não era sacralizar as informações dadas por eles, sem questioná-las ou discuti-las. Os moradores que acompanharam as visitas perguntavam, contavam suas experiências e todos juntos vislumbravam possíveis soluções. Os técnicos, muitas vezes, desconheciam a lógica da produção informal do espaço enquanto os moradores não sabiam algumas soluções técnicas que eram apresentadas pelos técnicos. A junção dos saberes deu origem a análises que não existiriam sem a comunicação.

Etapa intermediária: reconstrução da comunicação entre os atores sociais

Houve diferentes formas e graus de envolvimento dos atores sociais na mediação urbana, variando de acordo com sua motivação, capacidade e interesse. O contato inicial com os moradores da Vila Santa Isabel revelou que os problemas oriundos do esgotamento sanitário e da drenagem pluvial eram sentidos profundamente, mas por poucas pessoas. Porém as causas dos problemas envolviam grande parte da comunidade e não apenas os moradores à jusante, atingidos diretamente. Conseqüentemente, as possíveis soluções também exigiriam um trabalho coletivo maior.

Alguns moradores agiam para minimizar os problemas. Porém, eram intervenções desarticuladas com o todo e, por isso, ineficientes a longo prazo. Outros moradores nada faziam com relação à situação. Suposições foram levantadas e algumas confirmadas durante as visitas: moradores não agem por desconhecerem os problemas; por não priorizarem essa questão já que não são atingidos diretamente; por morarem de aluguel e não quererem investir em algo que não é deles; por esperarem o Poder Público resolver, sinal de comodismo e apatia; por falta de dinheiro ou por causa da incerteza do futuro da Vila. Outra causa que foi revelada por alguns moradores é a falta de articulação e solidariedade entre os vizinhos, o que desmotivava qualquer



ação em prol da coletividade. A organização social e a confiança entre os vizinhos estava fraca e uma das causas para essa quebra de laços foi o envolvimento de alguns moradores com as drogas. Para Melo (2012, p. 94), “a presença do uso de drogas enfraquece a coesão entre moradores. (...) A dificuldade de mobilização para solução dos problemas comuns aumenta, assim como aumentam a intolerância e os conflitos”.

Como a resolução dos problemas do esgoto e drenagem necessita do envolvimento de muitos moradores, o desafio inicial da mediação era tornar os temas centrais ampla e profundamente sentidos pelas pessoas da comunidade. Assim, as razões da inércia poderiam ser enfraquecidas ou anuladas. A Figura 4 abaixo mostra a situação inicial e a desejada, em que a população teria motivação para agir e transformar a realidade.

**Figura 4 - Abrangência e profundidade do sentimento em relação aos temas da mediação entre os moradores da Vila Santa Isabel**



Fonte: Elaborado pela autora

Para despertar as discussões e interesse entre um número maior de moradores em torno do esgotamento sanitário e drenagem, foram realizadas entrevistas individuais sobre esses assuntos. Havia também o objetivo de compreender mais profundamente a situação das redes e ajudar a articulação entre os moradores. Os encontros individuais deram ritmo à pesquisa e fizeram com que as visitas à Vila Santa Isabel e o contato com os moradores fossem constantes. Nessa etapa não foram discutidas soluções para que isso fosse feito coletivamente e para que os moradores tivessem tempo para refletir entre o momento da análise, nos encontros individuais, e o momento da discussão das ações, no encontro com os vizinhos e com membros da ONG.

Os encontros tinham uma estrutura básica predeterminada com objetivos específicos, mas adaptável aos imprevistos. Primeiro, com o auxílio de um cartaz simples com os pontos centrais da pesquisa, explicávamos quem nós éramos e porque estávamos fazendo aquele estudo. Em seguida, apresentávamos nossos objetivos e metas: conhecer a história da rede de esgoto; entender a atual situação e discutir em grupo ações para minimizar ou eliminar os problemas. Assim, os entrevistados podiam ter a real noção do processo e das metas.

Depois de explicar a pesquisa, pedíamos para as pessoas contarem o que elas sabiam sobre a construção da rede de esgoto e da drenagem pluvial da vila. Assim, foi feito o levantamento do histórico das negociações e ações de construção e manutenção. Ao mesmo tempo, se investigava as possíveis causas dos problemas não apenas imediatas, mas estruturais.

Nesta etapa, foi usada uma maquete de emborrachado das curvas de nível do terreno com a imagem de satélite da Vila Santa Isabel e da ONG Graal (FIG. 5). A maquete era pequena e leve para ser prática e facilmente transportada. O nome dos moradores eram colocados com alfinetes para simplificar a manipulação. A linha azul representava as redes de esgoto coletivas, os alfinetes vermelhos marcavam os locais onde o esgoto e a água de chuva afloravam e a fita crepe realçava os becos existentes. Esse material ajudou no trabalho coletivo de compreensão do caminho das águas e de mapeamento das redes de esgoto existentes na Vila Santa Isabel. Nas entrevistas, a principal referência espacial era o nome dos habitantes da área em questão. Por isso, o mapeamento dos nomes dos moradores também foi feito.

**Figura 5 – Maquete usada nas conversas individuais**



**Fonte: Arquivo pessoal. Modificada pela autora**

Todos os moradores reconheceram os problemas atuais do esgotamento sanitário. Ao invés de explicar, questionávamos quais eram os problemas, o que já se sabia sobre eles, quais fatos os determinavam e como e onde os problemas se manifestavam. Assim, seria possível compreender as situações do ponto de vista das pessoas que as vivem, a percepção e interpretação delas sobre os problemas e as sua motivação para agir. Como a maioria não sabia dos problemas recorrentes no Graal, nós os relatávamos.

Depois disso, questionávamos sobre aspectos mais gerais para que o contexto dos problemas não fosse ignorado. As perguntas eram feitas de

maneira informal e, ao invés de indagar sobre pontos concretos (O que a Vila Santa Isabel precisa? Que problema de construção há em sua casa?), o foco era o sentimento das pessoas (Como é viver neste lugar? O que mais lhe agrada? Quais são suas preocupações? Qual é a importância de viver em comunidade?). Em seguida eram feitas perguntas mais objetivas para entender a dinâmica de compra, venda e de reforma das casas (Há quanto tempo você vive na Vila? Tem interesse em se mudar? Quem construiu sua casa? Quem faz as reformas? Com que frequência?).

Durante os encontros tentava-se criar um ambiente descontraído para que as pessoas tivessem abertura para partilhar casos, ideias e sentimentos. As conversas individuais nos ajudaram a identificar as capacidades de cada morador, seja para articular e influenciar os vizinhos, seja para fazer a manutenção da infraestrutura da Vila. Essa compreensão é importante no processo de construção da autonomia da comunidade.

Etapa conclusiva: definição de ações

A soma das decisões individuais não corresponde, necessariamente, à decisão coletiva. Para a definição de ações, eram necessários encontros para promover a discussão e o intercâmbio de experiências entre os moradores da Vila Santa Isabel e entre eles e as representantes da ONG Movimento do Graal no Brasil. Nós estaríamos nos limites, no entre, na interseção. Isso significa não estar isolado de um lado ou de outro, reforçando a oposição formal x informal, aqui x lá. Nosso papel seria potencializar trocas de saberes e uma construção coletiva da decisão. Nesta etapa, explicamos critérios técnicos de escolha para embasar as decisões, as quais foram analisadas, estabelecendo as diferenças e prioridades, ao invés disso ficar para um momento final e definitivo.

O foco, que antes era a compreensão dos conflitos, começou a ser as ideias para ações. Isso não quer dizer que essas etapas são separadas. Durante a compreensão dos conflitos, muitas ideias foram discutidas, porém não de forma sistemática e coletiva. E durante a ação, se aprofundaria a própria análise dos problemas.

Durante as visitas, nos encontros entre vizinhos e com membros do Graal, muitas soluções eram discutidas e analisadas. O objetivo desta etapa era estimular uma racionalidade deliberativa e crítica e a escolha de ações exequíveis. As ideias de intervenções espaciais eram avaliadas pelos atores envolvidos de acordo com o investimento, motivação e mão de obra necessários. As ações eram diferenciadas entre as que estavam ao alcance dos participantes e as que exigiam uma articulação em outros níveis, entre soluções a curto e a longo prazo, entre as intervenções pontuais e as sistêmicas, entre as urgentes e as prescindíveis.

Esta etapa da pesquisa ainda está em andamento e o plano de ações não foi executado como um todo, apenas intervenções pontuais como limpeza das caixas de passagem e vedação de algumas tubulações. Importante ressaltar

que, durante a própria execução do plano de ação, muitas decisões serão tomadas.

Muito mais do que resolver os problemas do esgoto, a discussão e as ações reforçaram a importância de viver em comunidade. Não se trata de um processo simplesmente técnico, é também político. É um momento de construção coletiva do espaço urbano, de fortalecimento do direito do pobre à cidade, de valorização do saber popular.

## **7. CONCLUSÃO**

A atual situação espacial dos assentamentos informais no Brasil é um reflexo de conflitos que decorrem do contexto econômico, político e social e das próprias relações internas. Diversos processos históricos ligados a uma política municipal e federal de segregação, remoção, periferação e intervenções espaciais superdimensionadas, desrespeitando a lógica de produção do espaço existente, conformaram as vilas e favelas do país. A atuação tradicional do arquiteto se mostrou limitada frente à complexidade desses lugares. O apego ao visível, ao produto final, ao aspecto autoral se contrapõe à produção processual e colaborativa, típica das vilas e favelas. A mediação urbana proposta lidou com as tensões do espaço urbano e suas diferentes lógicas de produção visando uma arquitetura menor, ou seja, uma prática marginal e experimental, na qual as questões políticas fossem consideradas.

Ao lidar com a cidade real e seus conflitos, a arquitetura deixa de ser um bem de luxo e passa a ser um bem para todos. Quando se propôs um tipo de arquitetura menor, social, coletiva, colaborativa, buscou-se a transformação, espacial e de consciência. Os resultados da mediação proposta não têm sido reflexo dos desejos ou traços de um autor soberano, e talvez serão pouco visíveis ou nem exista um produto finito, acabado. O foco é o processo, que permite experimentações e a ação do inesperado. Os pesquisadores, como mediadores políticos, se mantiveram próximos aos atores sociais envolvidos no processo. Essa relação por si só já foi capaz de gerar mudanças. As pessoas envolvidas na mediação, ao receber assessoria técnica, ao discutir, ao agir e ao refletir, construíram sua própria percepção socioespacial. Os arquitetos-mediadores ampliaram sua área de atuação, antes restrita ao desenho de propostas técnicas, e assumiram uma prática comunicativa, social e política.

Observou-se que os conflitos coletivos da Vila com a ONG Graal referentes à produção do espaço urbano são geralmente ignorados ou resolvidos com intervenções pontuais, fruto das decisões de alguns vizinhos. Não havia uma mobilização maior e discussão entre muitos moradores sobre as possíveis ações para transformar os conflitos. Com isso, os problemas sistêmicos continuavam existindo. Percebe-se que, entre os moradores, houve uma ampliação do sentimento em torno das questões centrais da mediação urbana.

Práticas cooperativas exigem, permanentemente, avaliações do processo e autoavaliações para que se aprenda com os acertos e com os erros cometidos. O resultado deve ser medido não a partir da expectativa, mas do que (não) havia antes. A relevância deste trabalho no caso específico dos conflitos envolvendo a Vila Santa Isabel e a ONG Movimento do Graal no Brasil está no potencial de transformação do processo em curso. A falta de informações e argumentos técnicos dificultavam as negociações entre os moradores da Vila, entre a Vila e a ONG e entre elas e os técnicos do Poder Público. Além disso, não havia uma mobilização conjunta e efetiva para a discussão sobre os conflitos existentes. A inclusão no processo de pesquisadores que não pertenciam nem à Vila, nem à ONG, nem ao Poder Público potencializou o diálogo. A troca de informação contribuiu para um processo de desalienação, pois as pessoas envolvidas passaram a entender a razão dos problemas e quais as reais possibilidades de ação. A partir do momento em que a população é munida de todos os critérios técnicos a serem considerados, ela se torna mais segura para conduzir o processo e para tomar decisões de forma independente enquanto comunidade. Mas, muito mais do que resolver os problemas do esgoto, a discussão e as ações reforçam a importância de viver em comunidade. Não é um trabalho simplesmente técnico, é político. É um processo de construção coletiva do espaço urbano, de fortalecimento do direito do pobre à cidade, de valorização do saber popular.

A mediação urbana realizada ajudou na configuração de novas formas de coexistência dos atores sociais, reconstruiu relações, potencializou novas práticas urbanas e os envolvidos puderam responder com mais eficiência, criatividade e poder transformador às situações. A mediação urbana auxiliou a articulação coletiva e o exercício da cidadania, ou seja, o ato de decidir sobre as questões da cidade. Nesse sentido, o resultado foi positivo e enriquecedor para os pesquisadores e para os demais envolvidos.

Há um consenso entre os moradores da Vila Santa Isabel de que as respostas para os problemas existentes devem ser formulados por eles mesmos, ou seja, as pessoas que construíram as redes e que são atingidas por tais problemas. Esse raciocínio é coerente. Cabe aos técnicos apoiar e dar as informações necessárias para que as decisões sejam tomadas pelos moradores. Para isso, a copesquisa e a pesquisa-ação se mostraram eficientes para nortear a atuação do arquiteto como mediador dos atores sociais em busca de uma arquitetura menor. Os pressupostos emancipadores desses métodos de pesquisa contribuem para processos cooperativos na concepção e transformação do espaço. Portanto, o fortalecimento de práticas coletivas que respeitem a lógica de produção do espaço informal é essencial na atuação do arquiteto em assentamentos informais.

## 8. REFERÊNCIAS

- ARQUITETO. **Wikipédia**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Arquiteto>>. Acesso em: 30 jun. 2013.
- CAVA, Bruno. **A copesquisa no operáismo autonomista**. 2012. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/a-copesquisa-no-operaismo-autonomista/>>. Acesso em: 01 mar. 2013.
- DELEUZE, Gilles. **A Imagem-Tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Kafka**. Para uma literatura menor. Lisboa: Editions Minuit, 2003.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Cooperar. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. p. 472.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOOGLE MAPS. **Imagens de satélite**. 2013. Disponível em: <<https://maps.google.com.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2013.
- JACQUES, Paola Berenstein. **Estética da ginga**: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Editora Casa da Palavra, 2001.
- KLEIMAN, Mauro; LAURINDO, Isabel. **Análise da Efetividade Social da Implantação de Redes de Água e Esgoto em Favelas e Seus Impactos na Redefinição das Tipologias Habitacionais e Nos Espaços Públicos e Privados**: O Caso da Favela do Cantagalo no Rio De Janeiro. Revista Chão Urbano (UFRJ), ano XII, n. 6, p. 24, nov./ dez. 2012. Disponível em: <<http://www.chaourbano.com.br/adm/revistas/arquivos/revista82.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2013.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.
- LÓPEZ, Miguel Martínez. **Dimensiones múltiples de la participación ciudadana en la planificación espacial**. 2011. Disponível em: <<http://www.miguelangelmartinez.net/?Dimensiones-multiples-de-la,161>>. Acesso em: 14 mar. 2013.
- LÓPEZ, Miguel Martínez. **La participación social en el urbanismo, en los límites de la realidad**. 2006. Disponível em: <<http://habitat.aq.upm.es/boletin/n34/ammr.html>>. Acesso em: 03 mai 2013.
- MELO, Tatiana Soledade Delfanti. **A Vila Santa Isabel na Avenida Afonso Pena** : a experiência positiva da moradia popular em região central de Belo

Horizonte. 2012. 232 f. : Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, Belo Horizonte.

MENDES, Alexandre. Um **novo perfil de pesquisador revolucionário**. 2012. Disponível em: <http://ponto.outraspalavras.net/2012/09/04/copesquisa/>. Acesso em: 22 mar. 2013.

RIVA, Fernando de La. **25 provocaciones para la participación comunitaria** (revisadas). 2012. Disponível em: <<http://participasion.wordpress.com/2012/10/22/25-provocaciones-para-la-participacion-comunitaria-revisadas/>> Acesso em: 25 fev. 2013.

RODRIGUES JÚNIOR, Walsir Edson. **A prática da mediação e o acesso à justiça**. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niteroi, [RJ]: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988.

KAPP, Silke. **Direito ao espaço cotidiano**. Moradia e autonomia no plano de uma metrópole. Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 14, n. 28, p. 463-485, 2012.

SIX, Jean François. **Dinâmica da mediação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

STEVENS, Garry. **O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica**. Brasília: Ed. UnB, 2003.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.